

**TERMO DE CONTRATO Nº
...../2019/SMCRI, FIRMADO ENTRE
O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE E
A EMPRESA PARA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
ESPECIALIZADA EM SERVIÇO
DE PUBLICIDADE.
CONCORRÊNCIA PÚBLICA
...../2019.**

O **MUNICÍPIO DO RIO GRANDE**, com sede nesta cidade, sito Largo Eng. João Fernandes Moreira, s/n, inscrito no CNPJ nº 88.566.872/0001-62, neste ato representado, conforme delegação de competência, pelo Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos – GCLC, Srº Ademir Giambastiani Casartelli, inscrito no CPF sob nº 139.673.040-00, denominado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa, com sede em, na Rua nº, sala, Bairro, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada pela Srª., inscrita no CPF sob nº, de agora em diante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente instrumento, em conformidade com a Lei Federal nº 12.232/10, com a Lei Federal nº 8.666/93e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: É objeto do presente instrumento, em conformidade com o Termo de Referência anexo, a contratação de agência de propaganda para prestação de serviços de publicidade, especializada na prestação de serviços técnicos de projeto de divulgação de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos e instituições da administração do Município do Rio Grande, compreendendo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão de execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, bem como:

- a) O planejamento e a execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento sobre o mercado, o público alvo, os meios de divulgação nos quais serão difundidas as peças e ações publicitárias ou sobre os resultados das campanhas publicitárias.
- b) A criação, produção, impressão e montagem de: painéis, faixas, cartazes, banners, storyboards, folders, outdoors, informativos (impressos e online), anúncios para jornais e revistas, manuais, livretos, panfletos, revistas, cartilhas, convites, cartas, ilustrações, cartões de visita, envelopes, produção de textos diversos e templates. Gravação de áudio e veiculação de propaganda volante. Criação, produção e veiculação de jingles, spots e programetes para rádio, VTs e programetes para TV aberta e produção de vídeos. Criação de campanhas institucionais, identidade visual, produção de conteúdo para canais em mídias sociais, entre outros, para atender ao município do Rio Grande.

c) A criação e o desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com novas tecnologias, com o objetivo de expandir os efeitos das mensagens e ações publicitárias. Inclui o planejamento de ações e a criação e produção de peças e conteúdos digitais, para canais sociais, seja no ambiente de internet ou outros de comunicação digital. Tais materiais abrangem, mas não se limitam, as redes sociais como Facebook, Instagram, canais do Youtube, comunicação por WhatsApp, além de outros meios digitais que venham, no decorrer da contratação, a tornar-se relevantes aos interesses do Município do Rio Grande.

Parágrafo Único: Fica vedada a inclusão de quaisquer outras atividades, em especial as de assessoria de imprensa, comunicação e relações públicas ou as que tenham por finalidade a realização de eventos festivos de qualquer natureza.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE VALOR DO CONTRATO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fica estimado, para fazer frente aos serviços prestados no período de vigência contratual, o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), sendo que as despesas geradas por este instrumento correrão por conta da seguinte dotação orçamentária :

22 SECRETARIA DE MUN DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

22.02 UNIDADE DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

22.02.14 DIREITOS DA CIDADANIA

22.02.14.422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS

22.02.14.422.0352 SISTEMA MUNICIPAL DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E COMUN. SOCIAL

22.02.14.422.0352.2942 DIVULGAÇÃO DOS ATOS INSTITUCIONAIS E LEGAIS

3.3.9.0.39.00.00.00.00 Outros Serviços de Terceiros-pessoas Jurídica (Cód. Red. 1808)

Parágrafo Único: As contratações relativas às diversas prestações de serviços a serem utilizadas para cada órgão do Município ocorrerão mediante empenhos prévios relativos à competente dotação orçamentária, os quais esgotados dependerão, para novas prestações, de novos empenhos prévios.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO DA CONTRATADA E DA FORMA DE PAGAMENTO: A remuneração da Contratada obedecerá a proposta de preço por ela apresentada e vencedora na licitação, conforme segue:

- a) Desconto de % sobre os custos internos, baseado na tabela do SINAPRO/RS.
- b) Descoto de% sobre os honorários a serem cobrados do Contratante, incidentes sobre os custos comprovados de serviços realizados por terceiros.

b.1) Excluem-se custos referentes à produção de peças e materiais cuja confecção ou distribuição proporcione à Contratada o desconto de remuneração de agência concedido pelos veículos de comunicação, conforme Normas- padrão da Atividade Publicitária do CENP – Conselho Executivo das Normas Padrão.

Parágrafo Primeiro: Nenhuma despesa será assumida pela CONTRATADA sem a prévia e expressa aprovação do CONTRATANTE, nos termos da Cláusula sétima do presente contrato.

Parágrafo Segundo: Os pagamentos serão efetuados exclusivamente em conta bancária indicada pela Contratada, após a apresentação da Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura, no prazo de 30(trinta) dias a contar, na respectiva fase de pagamento, da liquidação da despesa.

A liquidação da despesa dar-se-á uma vez ocorrido o recebimento do objeto por parte da Contratante, conforme ajustado pelas partes.

Parágrafo Terceiro: Juntamente com a nota fiscal/fatura, a CONTRATADA deverá apresentar relatório das campanhas publicitárias, incluindo:

- a) Cópia da nota fiscal dos veículos de comunicação contratados;
- b) Cópia das notas fiscais de serviços realizados por terceiros, relativos à produção dos materiais publicitários;
- c) Comprovante de veiculação do material publicitário (jornais, revistas, televisão, outdoor, relatório de inserção de rádios, dentre outros)

c. 1) Em caso de veiculação em blog e/ou websites, os comprovantes (no mínimo um por semana de veiculação), deverão vir impressos, assinados e com a identificação da data da veiculação.

Parágrafo Quarto: Os layouts, roteiros e similares reprovados não serão cobrados pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA- DA FISCALIZAÇÃO E ACEITAÇÃO: O CONTRATANTE fiscalizará a execução dos serviços contratados, através da Secretaria de Município de Comunicação e Relações Institucionais- SMCRI e verificará o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, no todo ou em parte, quando não corresponderem ao desejado ou especificado.

Parágrafo Primeiro: Serão nomeados pela Secretaria de Município de Comunicação e Relações Institucionais- SMCRI um fiscal do serviço e um fiscal administrativo, para executar a fiscalização deste contrato e registrar em relatório todas as ocorrências, deficiências, irregularidades ou falhas porventura observadas na execução dos serviços e terão poderes, entre outros, para notificar a CONTRATADA, objetivando sua imediata correção.

Parágrafo segundo: A fiscalização pela CONTRATANTE em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva, do CONTRATADA pela perfeita execução dos serviços.

Parágrafo Terceiro: A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará a dilação do prazo de entrega, salvo expressa concordância da CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto: A CONTRATADA adotará as providências necessárias para que qualquer execução, referente à produção, veiculação ou à distribuição, considerada não aceitável, no todo ou em parte, seja refeita ou reparada nos prazos estipulados pela fiscalização, sem ônus para o CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto: A aprovação dos serviços executados pela CONTRATADA ou por seus contratados não a desobrigará de sua responsabilidade quanto à perfeita execução dos serviços contratados.

Parágrafo Sexto: A ausência de comunicação por parte do CONTRATANTE, referente a irregularidade ou falhas, não exime a CONTRATADA das responsabilidades determinadas neste contrato.

Parágrafo Sétimo: A CONTRATADA permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e aos serviços em execução e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização.

Parágrafo Oitavo: A CONTRATADA se obriga a permitir que a auditoria interna da CONTRATANTE e ou auditoria externa por ela indicada tenham acesso a todos os documentos que digam respeito aos serviços prestados ao CONTRATANTE.

Parágrafo Nono: O CONTRATANTE é facultado o acompanhamento de todos os serviços objeto deste contrato, juntamente com representante credenciado pela CONTRATADA.

Parágrafo Décimo: O CONTRATANTE avaliará, semestralmente, os serviços prestados pela CONTRATADA.

Parágrafo Décimo primeiro: A avaliação semestral será considerada pela CONTRATANTE para apurar a necessidade de solicitar, da CONTRATADA, correções que visem a melhorar a qualidade dos serviços prestados; decidir sobre prorrogação de vigência ou rescisão contratual; fornecer, quando solicitado pela CONTRATADA, declarações sobre seu desempenho para servir de prova de capacitação técnica em licitações.

Parágrafo Décimo segundo: Cópia do instrumento de avaliação de desempenho será encaminhada aos fiscais deste contrato e ficará à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: A contratada, para efetiva realização dos serviços, deverá:

a) Assumir encargo de publicidade de campanhas promocionais e de programas sociais, objeto deste contrato;

b) Manter, por si, por seus prepostos e eventuais subcontratos, irrestrito sigilo de todas as atividades desempenhadas em relação aos serviços prestados;

c) Quando da subcontratação parcial dos serviços aqui estipulados, a CONTRATADA obriga-se a exigir dos eventuais subcontratados as mesmas condições do presente contrato, especialmente no que tange aos segredos de veiculação destes serviços, respondendo solidariamente com estes, todas as infrações eventualmente cometidas. Fica, portanto, vedada a subcontratação total dos serviços objeto deste contrato;

d) Efetuar sempre a cotação de preços para serviços de terceiros relacionados com as atividades complementares da execução do objeto deste contrato, apresentando no mínimo três propostas alternativas de fornecedores, com custos especificados por itens, acompanhadas do parecer da agência, indicando aquela mais adequada para a execução do serviço a ser contratado. Esta alternativa, juntamente com o parecer, deverão ser encaminhadas previamente à CONTRATANTE para apreciação e aprovação;

e) Nos casos em que o valor dos serviços de terceiros acima citados for superior a 20 % (vinte por cento) do limite previsto na alínea a do inciso II do art. 23, da lei nº 8.666/93 os orçamentos dos fornecedores deverão ser apresentados em envelopes fechados, que serão abertos em sessão pública a ser convocada e realizada pela Secretaria de Município de comunicação e relações institucionais – SMCRI;

f) Caso não haja possibilidade de apresentar três propostas alternativas, a CONTRATADA deve apresentar à CONTRATANTE as respectivas justificativas, cabendo à CONTRATANTE aceitar ou não as mesmas;

g) Apresentar à CONTRATANTE o faturamento das despesas feitas, acompanhado dos respectivos comprovantes em vias originais;

h) Fornecer à CONTRATADA, relatório mensais detalhados dos serviços executados, bem como informações sobre valores pagos, os comprovantes de produção, divulgação e veiculação em jornais, televisão, rádios, revistas, murais (“outdoors”), etc, nos termo de art. 16 e parágrafo único, da Lei 12.232/10, para entrega até o quinto dia útil de cada mês;

i) Será da responsabilidade da CONTRATADA quaisquer ônus decorrentes de omissão ou erros na elaboração desse faturamento, que redundem em aumento das despesas ou perda de descontos.

Parágrafo Primeiro: A cada solicitação de serviços efetuada pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá apresentar um esboço da campanha publicitária e o plano de mídia com os orçamentos dos custos totais da campanha, para devida análise e aprovação da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo: Nas campanhas institucionais da CONTRATADA deverão constar:

- a) Planejamento de campanha.
- b) A descrição da campanha institucional (defesa).
- c) Ordem de criação com sugestões de peças e materiais a serem produzidos, com respectivos valores.
- d) Plano de mídia: nomes dos meios de comunicação a serem utilizados para veiculação, material publicitário a ser veiculado e as respectivas datas de inserções.
 - 1) Os valores cobrados pelos veículos de comunicação para veiculação da campanha institucional, acompanhados da tabela de preços;
 - 2) Pertencem a CONTRATADA as vantagens obtidas em negociação de compra de mídia diretamente ou por intermédio de CONTRATADA, incluídos os eventuais descontos e as bonificações na forma de tempo, espaço ou reaplicações que tenha sido concedidos pelo veículo de divulgação;
 - 3) Os valores dos serviços a serem realizados por terceiros, relativos à produção de materiais publicitários;
- e) Os valores dos serviços internos da agência, referentes aos custos de criação de materiais publicitários, tendo como base a tabela referencial de custos do SINAPRO-RS, e o valor dos descontos ofertados a CONTRATANTE, sendo aquela porcentagem apresentada na abertura dos envelopes de proposta na ocasião da realização da licitação;
- f) Previsão de custo total da campanha.

CLÁUSULA SEXTA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: A contratada além das obrigações constantes no Termo de referência, obriga-se a:

- a) Prestar os serviços contratados em observância às especificações do edital e seus anexos, e de acordo com as solicitações efetuadas pela CONTRATANTE, através da respectiva ordem de serviço;
- b) Substituir ou refazer, sem ônus para a CONTRATANTE os serviços prestados em desacordo com o especificado em contrato;
- c) Eximir a CONTRATANTE de toda e qualquer responsabilidade perante terceiros, em relação a quaisquer ações judiciais movidas por terceiros, em especial com base na legislação de proteção à propriedade intelectual, por prejuízos que contra ela possam ser argüidos, originados diretamente da execução dos serviços contratados, assumindo, em consequência, inteira responsabilidade pelos mesmos;
- d) Fornecer, em qualquer época, os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela CONTRATANTE, sobre os serviços executados;
- e) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, de acordo com o art.70 da lei nº8.666/93 se suas alterações;
- f) No ato da assinatura do contrato, deverá a CONTRATADA comprometer-se a disponibilizar um profissional para contato com a SMCRI, para fins de

- acompanhamento e execução do objeto deste contrato, assim como para participar de reuniões com a equipe da Secretaria de Município de Comunicação e Relações Institucionais- SMCRI ou outros setores que venham a ser necessários e pertinentes pela Prefeitura Municipal do Rio Grande.
- g) Quando solicitada a presença do profissional ou representante da contratada, este deverá apresentar-se em até comparecer na sede da SMCRI em no máximo 48 (quarenta e oito) horas;
 - h) A CONTRATADA deverá encaminhar, até o 5º dia útil década mês, relatório detalhado da execução do contrato, nos termos do disposto no art. 16 e parágrafo único da lei 12.232/10.
 - i) Manter acervo comprobatório da totalidade dos serviços prestados e da peças publicitárias produzidas, durante o período mínimo de 5(cinco) anos após a extinção do presente contrato, conforme art. 17, da lei 12.232/10
 - j) Obter as melhores condições nas negociações efetuadas com veículos de comunicação e fornecedores, e transferir integralmente à CONTRATANTE as bonificações, reaplicações e outras vantagens, à exceção dos frutos resultantes dos planos de incentivo concedidos por veículo de divulgação;
 - k) Conduzir a escolha dos veículos de comunicação de acordo com pesquisas de dados técnicos, de modo à nunca sobrepor, em hipótese alguma, seu interesse em planos de incentivo aos da CONTRATANTE, preterindo veículos de divulgação que não os concedam ou priorizando os que ofereçam;
 - l) Comunicar à CONTRATANTE o agendamento das negociações referidas na alínea anterior, possibilitando a participação de representante por ele indicado;
 - m) Entregar, mensalmente, junto com a nota fiscal dos serviços, um relatório das despesas de produção e veiculação autorizadas no mês anterior, bem como das atividades desenvolvidas e peças produzidas, em CD/DVD;
 - n) Operar de forma completa, dentro da atividade de publicidade, fornecendo serviços de elevada qualidade;
 - o) Registrar, em relatórios de atendimento, todas as reuniões e comunicações de serviço entre CONTRATANTE e CONTRATADA, com o objetivo de tornar transparente os entendimentos havidos e também para que ambas as partes tomem as providências necessárias ao desenvolvimento de suas tarefas e responsabilidades;
 - p) Abster-se de divulgar informações acerca deste contrato, envolvendo a CONTRATANTE, a não ser mediante sua prévia e expressa autorização;
 - q) Prestar esclarecimento sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;
 - r) Manter, por si, seus prepostos e contratados, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados fornecidos pela CONTRATANTE;
 - s) Responder por qualquer ação judicial movida por terceiros com base na legislação de proteção à propriedade intelectual, direitos de propriedade ou direitos autorais relacionados com o objeto deste contrato;
 - t) Distribuir e fiscalizar a divulgação dos anúncios de que for incumbida;
 - u) Assessorar a CONTRATANTE no sentido de obter o melhor rendimento possível do plano de propaganda e promoção.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE: O contratante além das obrigações constantes no Termo de referência obriga-se a:

- a) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;
- b) Comunicar, por escrito, à CONTRATADA, toda e qualquer orientação acerca dos serviços, excetuados os entendimentos orais determinados pela urgência, que deverão ser confirmados, por escrito, no prazo de 24 (vinte quatro) horas úteis;
- c) Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços;
- d) Verificar o cumprimento das cláusulas contratuais relativas aos honorários devidos à CONTRATADA e às condições de contratação de fornecedores de bens e serviços especializados pela CONTRATADA;
- e) Proporcionar condições para a boa execução dos serviços;
- f) Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste contrato;
- g) Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.
- h) Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços, inclusive permitir o livre acesso de empregados da CONTRATADA às suas dependências, quando relacionados à execução do contrato;
- i) Promover, através dos fiscais do contrato, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas que, a seu critério, exijam medidas por parte daquela;
- j) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA
- l) Rejeitar qualquer nota fiscal/fatura que esteja em desacordo com o previsto no contrato.

Parágrafo Único: A juízo da CONTRATANTE, a campanha publicitária integrante da Proposta Técnica que a CONTRATADA apresentou na concorrência que deu origem a este contrato poderá ou não vir a ser produzida e distribuída durante sua vigência, com ou sem modificações.

CLÁUSULA OITAVA -DOS DIREITOS AUTORAIS: A CONTRATADA fará a cessão definitiva de direitos dos serviços prestados, em decorrência deste contrato, à **CONTRATANTE**, conforme constará da peça produzida, devendo tomar todas as providências necessárias ao cumprimento cabal do ora ajustado.

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA deverá fornecer arquivo de mídia com todos os materiais produzidos no decorrer da execução contratual em alta resolução, vetorizados, sem necessidade de justificativa por parte da contratante.

Parágrafo Segundo: A CONTRATADA, ao término do presente contrato, fornecerá à CONTRATANTE, toda documentação comprobatória da contratação de terceiros participantes/integrantes da peça produzida, bem como os documentos relativos a direitos conexos e documentos de cessão de direitos de terceiros, previstos em lei e contratados pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Terceiro: Em se tratando de direitos autorais de terceiros, a CONTRATADA deverá obter liberação, licenças, permissões e/ou autorizações que lhe permitam a utilização de fotografias, materiais, artes ou qualquer bem, na execução e divulgação dos serviços contratados, responsabilizando-se pela fiel observância dos limites fixados nos documentos acima mencionados e, mantendo a CONTRATANTE a salvo de todos os pleitos, demandas, despesas, obrigações, processos e inquéritos contra ou envolvendo o CONTRATANTE como resultado ou decorrência do uso dos mesmos, fora das condições autorizadas.

Parágrafo Quarto: Em todas as contratações e subcontratações que envolverem direitos autorais, a CONTRATADA deverá solicitar de cada subcontratado dois orçamentos para a execução do trabalho: um com cessão de direitos dentro das regras do mercado e outro com cessão definitiva de tais direitos, ficando a critério da CONTRATANTE a opção por uma das alternativas.

Parágrafo Quinto: A CONTRATANTE poderá utilizar todo o material produzido, a qualquer tempo, na íntegra ou com modificações, sem qualquer ônus adicional, observada a legislação pertinente.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO: O prazo do presente Contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data da “Ordem e Início de Serviços”, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério da Administração conforme disposto no art. 57, inciso II da lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PROPRIEDADE DOS MATERIAIS: Os estudos, resultados e análise, planos, ideias e materiais de propaganda criados pela CONTRATADA, em decorrência deste contrato, serão e permanecerão com o CONTRATANTE, que poderá utilizá-los conforme julgar conveniente, mesmo após o término do presente contrato, observando o parágrafo quinto da cláusula décima deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS : Pela inexecução total ou parcial deste Contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Multa, até o limite de 10% (dez por cento).
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Administração, reabilitação esta que será concedida desde que a Concessionária promova o ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido prazo de sanção com base na alínea anterior.

Parágrafo Único: As sanções previstas nesta cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente nos termos do art. 87 da lei nº 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO: Este Contrato poderá ser rescindido de acordo com os Arts. 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Único: A rescisão deste Contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados à Contratante.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO: Execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO: As partes contratantes elegem o FORO da Comarca do Rio Grande para dirimir quaisquer dúvidas que possam advir no cumprimento deste Contrato, ou após a sua vigência.

E, por estarem assim em perfeito acordo em tudo quanto neste instrumento consta, obrigam-se as partes a cumpri-lo integralmente, assinando-o em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos,..... de de 2019.

.....

Contratada

.....

Secretário de Município de Comunicação e Relações Institucionais

Ademir Giambastiani Casartelli

Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

C.C.:SMF/SMCRI/GCLC/CSCI/CONTRATADA.

ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS

EMPRESA:

CONTRATO:

EDITAL:Concorrência

OBJETO: Contratação de agência de propaganda

DATA DO INÍCIO: __ / __ / 2019.

.....

Contratada

.....

Secretário de Município de Comunicação e Relações Institucionais

FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Em virtude da complexidade da prestação do serviço e por estar previsto no art. 67 da Lei 8.666/93, que versa sobre a necessidade de acompanhamento e fiscalização de todo o contrato administrativo por representante especialmente designado para tanto. A Secretaria responsável, nomeia como Fiscal do Contrato o(a) Senhor(a).

____e o(a)
senhor(a)_____.

ciente:

Fiscal administrativo

Fiscal do Serviço

.....
Secretário de Município de Comunicação e Relações Institucionais

Rio Grande, de de 2019.